


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0014774-35.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**
 Requerente: **Joice Garcia**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Proc. 1526/13

Vistos.

JOICE GARCIA, já qualificado, moveu a presente ação de cobrança contra PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, também qualificada, alegando tenha sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em 24 de maio de 2010 e do qual restaram-lhe lesões permanentes graves, com invalidez para o trabalho, de modo que pretende a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT no valor de R\$13.500,00.

A ré contestou o pedido sustentando ilegitimidade passiva, pois que o polo passivo deveria ser ocupado pela *Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A*, apontando ainda carência de interesse processual do autor na medida em que não há prova de requerimento administrativo devidamente instruído para recebimento da indenização; no mérito apontou a prescrição, contestando ainda que a invalidez do autor seja permanente, de modo a concluir pela improcedência da ação e, alternativamente, pela aplicação da tabela SUSEP para fixação do valor da indenização, com juros de mora contados da citação e correção monetária do ajuizamento da ação.

O feito foi instruído com prova pericial médica (fls. 94/98), sobre a qual manifestaram-se as partes, reiterando suas postulações.

É o relatório.

DECIDO.

As preliminares foram afastadas por decisão de fls. 53, contra a qual não houve recurso.

No que respeita à prescrição, ainda que se reconheça que *"A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos"* (cf. Súmula 405 do Superior Tribunal de Justiça), cumpre considerar que *"o marco inicial para que se apure o prazo da prescrição da cobrança do Seguro Obrigatório DPVAT deve ser considerado a data da ciência inequívoca da incapacidade do beneficiário"* (cf. Ap. nº 5-04.2011.8.26.0577 - 34ª Câmara de Direito Privado TJSP - 07/05/2012¹).

O único documento que indica invalidez da autora é o laudo pericial médico de fls. 94/98, que data de 25 de setembro de 2015, o que não permite ter-se por decorrido o prazo acima indicado, de modo que rejeita-se a exceção.

O laudo pericial médico apurou uma redução da capacidade de trabalho da autora, permanente, da ordem de 25% e é claro ao apontar a seqüela: *"há dano patrimonial físico oriundo da limitação funcional de média intensidade em bacia e coluna estimada em 25% em analogia a Tabela DPVAT"* (sic - fls. 97).

¹ www.esaj.tjsp.jus.br


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

Tem-se, portanto, por comprovada a invalidez parcial e permanente da autora.

O limite máximo legal estabelecido para o pagamento é de R\$ 13.500,00, e deve ser observado, inclusive como norte em relação ao grau de incapacidade auferido, nos termos da Súmula nº 474, do STJ, que aduz: *"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez"*.

Assim, no presente caso, devida a indenização em favor da autora no valor de R\$3.375,00 (*três mil, trezentos e setenta e cinco reais*) correspondente ao percentual de 25% do valor total da indenização máxima de R\$ 13.500,00.

No que se refere à correção monetária, a jurisprudência determina a aplicação desse fator de recomposição do valor de compra da moeda da data do evento, conforme Súmula 43 do Superior Tribunal de Justiça: *"Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo"*, e, a propósito, com a ementa seguinte: *"SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO. LEI N. 11.482/2007. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. "1. No caso de acidente ocorrido na vigência da Lei n. 11.482/2007, a indenização relativa ao seguro DPVAT deve corresponder a R\$ 13.500, 00, de acordo com os percentuais previstos na tabela de condições gerais de seguro de acidente suplementada. "2. A correção monetária sobre dívida por ato ilícito incide a partir do efetivo prejuízo (Súmula n. 43/STJ)"*².

No mais, nos termos da Súmula nº 426, do STJ: *"Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação"*.

Os honorários advocatícios regulam-se pelo que dispõe o art. 20 do Código de Processo Civil, não estando o juiz adstrito a outro critério, com o devido respeito.

Em resumo, a ré sucumbe e deverá arcar com o pagamento da indenização, conforme acima liquidado, além de arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da condenação, atualizado, fixação que se faz no patamar máximo em razão de que a ré tenha se valido de teses várias, em sua totalidade já reiteradamente rejeitadas por nossos tribunais, demonstrando espírito voltado à proteção do atendimento do direito da autora, vitimada gravemente por acidente de trânsito, conforme a leitura dos autos permitiria à ré concluir e verificar.

Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO a ré PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS a pagar à autora JOICE GARCIA importância de R\$ 3.375,00 (*três mil e trezentos e setenta e cinco reais*), acrescida de correção monetária pelos índices do INPC, a contar de maio de 2010, e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da condenação, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 14 de dezembro de 2015.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

² www.stj.jus.br